

Em defesa da água pública

Garantir a contratação colectiva

para todos os trabalhadores

Aumentar salários

AOS TRABALHADORES DA EPAL E DA ADTA

O PS prepara-se uma vez mais para atacar e pôr em causa o acesso e a gestão pública da Água.

A opção que está em causa, constitui um processo de agregação, desmantelamento e entrega da gestão das águas e do saneamento de 6 municípios (Amadora, Arruda dos Vinhos, Loures, Odivelas, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira) à EPAL e à Águas do Tejo e Atlântico.

O negócio e lucro a partir da privatização de bens essenciais, como a água, tem sido um objectivo de há muito tempo do grande capital e dos seus partidos.

A receita, já conhecemos. Deixar degradar um serviço, cortando meios, condições e trabalhadores. Prometer mundos e fundos, sejam os benefícios para o ambiente, a redução de preços ou a melhoria dos direitos dos trabalhadores.

Conscientes da firme oposição que encontrarão à privatização da água, o Governo procura fazê-lo por fases: retirar aos municípios estes serviços essenciais, com um património de centenas de milhões de euros, transferindo-os para a EPAL e Águas do Tejo e Atlântico, longe da ação das Câmaras Municipais e do controlo democrático por parte das populações.

A concentração de serviços tornaria assim estas empresas “mais apetecíveis” à gula dos chamados investidores, que as virão entretanto “salvar” com a promessa de resolver todos os problemas que há anos denunciamos.

As populações que passaram por estes processos conhecem bem os seus efeitos: subida exponencial do preço da água e pior serviço.

Os trabalhadores da EPAL e da AdTA, as suas estruturas, têm vindo sucessivamente a alertar para a degradação das redes, a falta de manutenção, consequência da falta de trabalhadores e de meios disponíveis.

Aos trabalhadores destas empresas, nada é dito, nenhuma informação foi prestada.

Querem fazer crer aos trabalhadores que algo feito nas suas costas, à sua revelia, é benéfico para o serviço que prestam e para o país?

Como vai esta alteração afectar os trabalhadores de todo o sector das águas, sejam os das autarquias, sejam os da EPAL e da AdTA? Os trabalhadores ainda não se esqueceram do processo de agregação da LVT com a EPAL, em que prometeram tudo aos trabalhadores, mas a luta para que lhes sejam garantidos os mesmo direitos e a inclusão no AE da EPAL continua.

É fundamental dar resposta aos problemas dos trabalhadores do sector das águas, nomeadamente do grupo AdP:

- o aumento dos salários,
- a negociação das matérias pecuniárias,
- a construção de um novo regime de carreiras, categorias profissionais e funções que valorizem os trabalhadores,
 - a redução progressiva do horário de trabalho para as 35 horas semanais para todos,
- regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco,
- a estabilidade do emprego, assegurando que a cada posto de trabalho permanente corresponda um vínculo efectivo, pondo fim ao trabalho precário,
- a defesa da gestão pública e o combate ao “outsourcing”, a contratação de mais trabalhadores para o quadro das empresas, já há muito em número insuficiente, indispensáveis para

assegurar um serviço público de qualidade,

- a aplicação do AE da EPAL a todos os trabalhadores da empresa, a melhoria e o pleno respeito pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

As experiências de privatização de serviços levadas a cabo um pouco pelo País fora, mostraram à exaustão a justeza das posições do PCP e da CDU no combate à passagem para a esfera privada de responsabilidades públicas que devem manter um carácter de proximidade com as populações.

A água é um bem público e essencial à vida, e para o PCP a gestão dos serviços de abastecimento da mesma deve não só ser da esfera pública como manter um carácter de proximidade, através dos municípios, que permita às populações um efectivo controlo sobre os preços praticados e a qualidade do serviço prestado.



BASTA DE CONVERSA!

- Aumentar salários no público e no privado
- Aumento de 15%, mínimo de 150 €
- Salário Mínimo Nacional em 910 € em 1 de Janeiro atingindo os 1.000 € em 2024
- Aumento das pensões em 7,5%, mínimo de 70 euros

**Salários mais altos
são garantia de uma
vida mais digna,
de reformas
mais elevadas,
são garantia
de um País em que
a riqueza está mais
bem distribuída.**

11 NOVEMBRO | 15H | PRÍNCIPE REAL, LISBOA



MANIFESTAÇÃO NACIONAL CGTP

**Pelo aumento dos salários e pensões
Contra o aumento do custo de vida**

Participa!